

A AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE EM SANTA CATARINA

Eduardo Sens dos Santos *

Sumário: 1. Introdução; 2. Idéia geral sobre o controle de constitucionalidade; 3. Natureza jurídica; 4. Competência; 5. Objeto; 6. Legitimação; 7. Liminar; 8. Procedimento; 9. Anexo: Lei Estadual n. 12.069/2001.

1. Introdução

Este artigo propõe-se a fazer uma análise do controle jurisdicional concentrado de constitucionalidade no âmbito catarinense, sem deixar, contudo, de sintetizar a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Buscar-se-á uma visão geral das características básicas da ação direta para, no pertinente, especificar e demonstrar as peculiaridades da ação de inconstitucionalidade de atos normativos estaduais e municipais, estudando mais a fundo a liminar, e examinando algumas características do procedimento. É preciso ressaltar, contudo, que não cabem nos objeti-

* Procurador Federal; Mestrando em Direito, Estado e Sociedade na UFSC. Endereço eletrônico: eduardo_sens@yahoo.com.

vos deste trabalho digressões aprofundadas sobre as origens e a teoria do controle de constitucionalidade¹.

Impende ressaltar, de início, que a ação direta de inconstitucionalidade no Estado de Santa Catarina, antes regulada pelo Ato Regimental n. 6, de 5 de novembro de 1990 e, na falta de legislação específica, pela Lei Federal n. 9.868, de 10 de novembro de 1999, atualmente é regida basicamente pela Lei Estadual n. 12.069 de 27 de dezembro de 2002. Essa Lei Estadual, proposta pelo Executivo com base em projeto elaborado pelo Tribunal de Justiça Catarinense, segue quase à risca os preceitos da Lei Federal n. 9.868/99, editada com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual as fontes a que se recorreu para a elaboração deste trabalho referem-se sempre à citada Lei Federal.

2. Idéia geral sobre o controle de constitucionalidade

Falar em controle de constitucionalidade impõe em primeiro lugar uma pequena exposição sobre as origens dessa forma de verificação da concordância da legislação ao documento jurídico mais importante de um Estado: a Constituição.

A idéia de supremacia da Constituição, da proteção dos direitos fundamentais e dos princípios basilares do sistema jurídico vem de tem-

-
- 1 Para uma visão mais aprofundada ver os seguintes trabalhos, entre outros:
- a) BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 12.ed., São Paulo: Malheiros, 2001.
 - b) BOUZAT, Gabriel. *El control constitucional: un estudio comparativo*. In ACKERMAN, Bruce. *Et alli*. Fundamentos y alcance del control judicial de constitucionalidad. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1991.
 - c) CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Direito constitucional e teoria da constituição*. 2.ed., Coimbra: Almedina, 1998.
 - d) HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 2002.
 - e) HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. *O Federalista*. Tradução de Heitor Almeida Herrera. Brasília: UnB, 1984.
 - f) HESSE, Konrad. *A força normativa da constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Fabris, 1991.
 - g) MIRANDA, Jorge. *Manual de Direito Constitucional*. 2.ed., Coimbra: Coimbra Editora Ltda., 1988.
 - h) ROSA, Alexandre Moraes da. *Garantismo jurídico e controle de constitucionalidade material*. Florianópolis: Habitus, 2002.
 - i) SUPREMA CORTE NORTE-AMERICANA. Caso *William Marbury v. James Madison, Secretary of the State of the United States*. February, 1803. Disponível em <<http://www.tourolaw.edu/patch/marbury/>>, acesso em 24/6/2002.

pos recentes na história do pensamento jurídico ocidental. Consta que em 1788, quando do lançamento do artigo *O que é o terceiro estado*, Emanuel Sieyès sustentou ser a Constituição sempre superior aos poderes por ela constituídos e, via de consequência, aos demais atos normativos, idealizando o pensador francês pela primeira vez a criação de um tribunal constitucional para o controle concentrado dos atos normativos².

Mas, sem sombra de dúvidas, o precedente de maior relevância para a matéria foi a decisão do juiz Marshall no conhecido caso *Marbury versus Madison*, com a exposição das primeiras linhas do controle difuso de constitucionalidade. Na histórica decisão imputou-se aos magistrados de todos os graus de jurisdição o dever de declararem a inconstitucionalidade dos atos que afrontassem a Constituição, quaisquer que fossem esses atos e quaisquer que fossem as autoridades de que emanaram. A partir daí, a grande maioria dos sistemas constitucionais passou a normatizar o controle de constitucionalidade das leis e atos normativos, com maior ou menor abrangência conforme o ordenamento.

A idéia de controle de constitucionalidade, por outro lado, induz à noção de proteção do Estado democrático de direito. Pode-se dizer, com isso, que o maior objetivo do controle de constitucionalidade é a proteção dos direitos humanos, pois os instrumentos criados para esse fim prestam contas sempre à supremacia dos direitos e garantias fundamentais e aos limites de aplicação do poder estatal. Os direitos fundamentais são também “uma parte da legitimação do próprio Estado, determinando seus deveres e tornando possível o processo democrático em um Estado de Direito”³.

Portanto, sem mecanismos eficazes para a manutenção dessa parte da legitimação não se pode verificar propriamente um Estado democrático de direito, motivo pelo qual impera a necessidade de os sistemas jurídicos contemporâneos serem dotados destes mecanismos.

3. Natureza jurídica

É corrente a doutrina reconhecer o caráter objetivo da ação direta de inconstitucionalidade, eis que não há interesse subjetivo a ser tutelado ou satisfeito. O interesse na eficácia da Constituição Federal é difuso, de toda a coletividade, impossível de individualização.

2 BESTER, Gisela Maria. *Cadernos de direito constitucional*: parte I — teoria constitucional. Porto Alegre : Síntese, 1999. p. 110.

3 MORAES, Alexandre de. 9. ed. São Paulo : Atlas, 2001. p. 559.

Por isso se diz que um ato normativo inconstitucional afeta maleficamente⁴ todas as relações a ele submetidas, da mesma forma que os atos estaduais ou municipais na mesma condição. É possível até mesmo vislumbrar os efeitos dos atos normativos inconstitucionais além do âmbito das relações de sua competência, como por exemplo os prejuízos que cause a outros Estados uma lei inconstitucional que permita a poluição descontrolada de manancial hídrico em região de fronteira.

Já adentrando na questão procedimental, vale ressaltar que, dada essa natureza objetiva e os interesses difusos tutelados pela ação direta de inconstitucionalidade, o art. 5º da Lei n. 12.069/2001, adotando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não permite a desistência da ação⁵.

4. Competência

De acordo com o art. 102, *a*, da Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual. Trata-se da materialização das idéias de Emanuel Sieyès, pois a um órgão — o da cúpula do Poder Judiciário — incumbe o exame dos atos normativos (*lato sensu*) que porventura afrontem a Constituição Federal.

Mas vale lembrar que uma das decorrências da adoção do sistema federativo no Brasil é a criação dos Estados Membros e a possibilidade de promulgação de Constituições Estaduais. O objetivo evidente é o de regulamentar situações regionais, permitindo ao constituinte de cada uma das unidades da federação melhor adequação das realidades locais ao texto constitucional. Há que se respeitar, contudo, o sistema constitucional federal, dada a supremacia da Constituição Federal no ordenamento brasileiro.

Em virtude desses mesmos motivos, criou-se a possibilidade de controle de constitucionalidade dos atos normativos que firmam a Constituição Estadual pelos tribunais locais, haja vista a proximidade com a realidade trazida pelo processo e com a própria Constituição Estadual.

4 Isso em termos jurídico-positivos, pois se se atentar para a possibilidade de valoração extrajurídica das normas constitucionais (como de qualquer norma), constatar-se-á haver normas “boas” e normas “ruins”. Uma lei que contrariasse uma norma ruim, dentro dessa possível valoração, poderia perfeitamente ser considerada “boa”.

5 Art. 5º da Lei n. 12.069/2001: “proposta a ação direta, não se admitirá desistência”.

Assim, por força da regra do art. 125, § 2º, da Constituição Federal, os tribunais estaduais são competentes para conhecer das ações diretas de inconstitucionalidade de atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual⁶. Ao Supremo Tribunal Federal restam as ações diretas de inconstitucionalidade dos atos estaduais que afrontem a Constituição Federal.

A regra básica, portanto, é a de que o tribunal de cada membro da federação vela pela sua constituição, e o Supremo Tribunal Federal pela Constituição Federal. A exceção é o controle de constitucionalidade de ato normativo *municipal* em face da Constituição Federal, que só é possível pela via difusa, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal⁷.

Na Constituição do Estado de Santa Catarina, o art. 83, XI, *f*, determina essa competência da seguinte forma: “Compete privativamente ao Tribunal de Justiça [...] processar e julgar, originariamente [...] as ações diretas de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais e municipais contestados em face desta Constituição”.

Ressalte-se, por fim, que, conforme recente jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não é possível que o pedido de ação civil pública seja calcado unicamente em declaração abstrata de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, porquanto, dado o caráter difuso e os efeitos *erga omnes* da decisão nesta ação, a sentença teria a mesma função de acórdão do Supremo Tribunal, infringindo sua esfera de competência, além da legitimação prevista no art. 103 da Constituição Federal. Quando tratar-se de declaração com efeitos nitidamente concretos, que apenas guarde relação de prejudicialidade com o provimento principal⁸, é admitido o pedido de declaração de inconstitucionalidade⁹. Do mesmo modo, portanto,

6 Art. 125, § 2º, da Constituição Federal: “cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão”.

7 Ver Reclamação n. 337-0/DF, rel. Min. Paulo Brossard.

8 Como a apreciação de questão prejudicial decidida incidentalmente no processo não faz coisa julgada, não há qualquer ofensa à competência do Supremo Tribunal Federal, pois a declaração só tem efeitos concretos (Ver art. 469, III, do Código de Processo Civil).

9 Consta do Informativo n. 212, do Supremo Tribunal Federal: “É inquestionável que a utilização da ação civil pública como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade, além de traduzir situação configuradora de abuso do poder de demandar, também caracterizará hipótese de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Esse entendimento — que encontra apoio em autorizado magistério doutrinário [...] reflete-se, por igual, na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, no entanto, somente exclui a possibilidade do exercício da ação civil pública, quando, nela, o autor deduzir pretensão efetivamente

as ações civis públicas propostas perante o judiciário do Estado de Santa Catarina, ou seja, perante os juízes de primeiro grau, não poderão ter por objeto imediato declaração abstrata de inconstitucionalidade de ato normativo em face da Constituição Estadual, para que não haja violação da competência do Tribunal de Justiça.

5. Objeto

O texto da Constituição Federal menciona como objetos da ação direta de inconstitucionalidade leis e atos normativos.

Os *atos normativos* são prescrições a serem obrigatoriamente cumpridas pelos destinatários¹⁰ e podem ser considerados em duas acepções. Na acepção *lata*, englobam tanto as leis quanto os atos normativos em sentido estrito.

No sistema jurídico brasileiro, consideram-se *lei* em sentido estrito todos os atos normativos emanados do Poder Legislativo no exercício de sua função principal. Portanto, emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, tratados¹¹, decretos-legislativos e resoluções podem ser objeto da ação direta de inconstitucionalidade.

Por outro lado, os atos normativos em sentido estrito são as medidas provisórias, os decretos, as instruções normativas, os regimentos internos e as resoluções dos tribunais, os regimentos internos da Câmara e do Senado. O Supremo Tribunal Federal já considerou ser ato normativo acórdão de tribunal que instrumentalizava ato normativo administrativo

destinada a viabilizar o controle abstrato de constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo. [...] Se, contudo, o ajuizamento da ação civil pública visar, não à apreciação da validade constitucional de lei em tese, mas objetivar o julgamento de uma específica e concreta relação jurídica, aí, então, tornar-se-á lícito promover, *incidenter tantum*, o controle difuso de constitucionalidade de qualquer ato emanado do Poder Público” (Transcrição do acórdão da apreciação da medida liminar na RCL n. 1.733/SP, Rel. Min. Celso de Mello).

10 MORAES. *Op. cit.*, p. 583.

11 Vale lembrar que os tratados, mesmo tendo natureza distinta e validade supranacional, são incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro por meio de decretos legislativos. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, contudo, lhe dá força de lei ordinária, sob a reprovação da ampla maioria dos especialistas em direito internacional, e contrariando grande parte dos sistemas jurídicos mundiais. O fato é explicado pela pequena tradição internacional do Brasil. De qualquer forma, se é lei ordinária, é ato normativo em sentido amplo, passível, portanto, de controle de constitucionalidade tanto concreto como abstrato. O caso líder para a determinação da hierarquia dos tratados foi o famoso RE n. 80.004/SE, rel. Min. Cunha Peixoto.

e, portanto, suscetível de controle concentrado de constitucionalidade¹². A súmula, por falta de vinculatividade, não tem força normativa e não se amolda ao conceito.

Os atos normativos dos quatro entes da federação podem ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, obedecidas as competências previstas acima. Ressalte-se que os atos normativos emanados pelo Distrito Federal somente poderão ser objeto da ação direta perante o Supremo Tribunal Federal quando oriundos de sua competência estadual, já que o próprio Distrito Federal cumula competências administrativas e legislativas de estados e municípios.

É importante lembrar, por fim, que a ação direta de inconstitucionalidade perde o objeto se o ato normativo for revogado antes do julgamento, conforme copiosa jurisprudência do Supremo Tribunal Federal¹³.

6. Legitimação

A Lei Estadual n. 12.069/2001 trata da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça Catarinense. A legitimação para a propositura da ação está disposta no art. 2º, incisos I a VI, quando tratar-se de ato normativo estadual, e no inciso VII quando a hipótese for de ato normativo municipal.

São legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo estadual, perante o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, o Governador do Estado, a Mesa da Assembléia Legislativa ou um quarto dos Deputados Estaduais, o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa, as federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual.

No caso de ato normativo municipal, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade o Prefeito Municipal, a Mesa da Câmara ou um quarto dos Vereadores, o representante do Ministério Público, a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil e as associações de classe ou da comunidade.

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no caso de ação direta de inconstitucionalidade de sua competência, entende necessária

12 Ver ADIn n. 740-8/SP, rel. Min. Néri da Silveira. No caso, tratava-se de acórdão que determinava o reajuste dos vencimentos dos funcionários do TRE.

13 Ver ADIn n. 482/DF, rel. Min. Néri da Silveira.

para a verificação da legitimidade das Mesas da Assembléia Legislativa dos Estados ou do Distrito Federal, do Governador dos Estados ou do Distrito Federal, das confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional a demonstração da chamada *pertinência temática*. Tal requisito, de caráter objetivo, seria a “relação de pertinência entre a defesa do interesse específico do legitimado e o objeto da própria ação”¹⁴.

Existem, todavia, fortes razões, levantadas principalmente na doutrina, para rechaçar tal entendimento.

Em primeiro lugar, cumpre observar que a ação direta de inconstitucionalidade, como instrumento para a efetivação dos princípios constitucionais e dos direitos fundamentais, possibilita que por meio de provocação o Judiciário manifeste-se sobre os atos normativos de constitucionalidade duvidosa e mantenha firme o Estado Democrático de Direito calcado na justiça e na igualdade, tal qual traçado em 1988. Se o Estado é *democrático*, todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido, conforme o próprio texto constitucional. Ora, se o poder emana do povo, nada mais correto que permitir que esse mesmo povo exerça efetivamente seu poder por todas as vias a isso destinadas, inclusive pela ação direta de inconstitucionalidade.

Mas, como não seria possível permitir que qualquer do povo intentasse uma ação com tais características e efeitos, optou-se sabiamente por conceder legitimidade a apenas algumas pessoas que *representem* interesses do povo. E assim se fez no art. 103 da Constituição Federal, ao constar de forma indiscriminada o rol de dez legitimados¹⁵.

Percebe-se, tanto pelo texto do art. 103 quanto por uma análise mais acurada do sistema de representatividade, que não há qualquer diferença entre a representação do povo pelo Presidente da República, por exemplo, e por entidade de classe de âmbito nacional. A não ser em termos numéricos, o que há de se convir não ser bom indicador de maior ou menor representatividade, principalmente se considerado o atual papel das mídias na “informação” política, é impossível demonstrar por critérios objetivos ser esta ou aquela entidade mais ou menos representativa do interesse do povo.

14 MORAES. *Op. cit.*, p. 590.

15 Art. 103 da Constituição Federal: “Podem propor ação de inconstitucionalidade: I — o Presidente da República; II — a Mesa do Senado Federal; III — a Mesa da Câmara dos Deputados; IV — a Mesa de Assembléia Legislativa; V — o Governador de Estado; VI — o Procurador-Geral da República; VII — o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII — partido político com representação no Congresso Nacional; IX — confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional”.

Pelo contrário, nota-se, via de regra, que quanto mais próximo do povo, mais representativo é o órgão e, portanto, segundo essa lógica, a representatividade do Presidente da República fica bem aquém da representatividade das confederações ou entidades de classe de âmbito nacional que atuam nas massas populares, e não mediante senadores e deputados ou ministros de governo. Em suma, não importam os interesses institucionais das entidades de classe ou da política de um Estado Membro, por exemplo; todos têm o interesse superior de ver a Constituição Federal fielmente cumprida, em respeito ao Estado Democrático de Direito.

Um segundo argumento contra a exigência de pertinência temática é mais positivista, e funda-se na interpretação do art. 103 da Constituição Federal.

Em momento algum, tanto neste artigo quanto em qualquer outro da Constituição Federal, diferenciam-se as confederações ou as entidades de classe de quaisquer outros legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade. Nem poderia ser diferente, pois nesse aspecto e tendo em vista o objetivo da ação, não haveria motivo plausível para o tratamento desigual. Nelson Nery Jr. e Rosa Maria Andrade Nery são enfáticos: “a restrição é descabida porque distingue onde a CF 103 não distinguiu. Sendo o processo da ADIn de natureza objetiva, não há que se perquirir de pertinência temática para o seu ajuizamento”¹⁶. A legitimação dessas entidades, em síntese, nada mais é que decorrência da característica difusa dos interesses em jogo.

Ademais, foi vetado o parágrafo único do art. 2º do Projeto de Lei que originou a Lei da ADIn perante o Supremo Tribunal Federal (Lei Federal n. 9.868/99) e que, com a seguinte redação, exigia a demonstração da pertinência temática: “as entidades referidas no inciso IX, inclusive as federações sindicais de âmbito nacional, deverão demonstrar que a pretensão por elas deduzida tem pertinência direta com os seus objetivos institucionais”. Se foi vetado o artigo que exigia a demonstração de pertinência temática, por óbvio, não é mais necessário tal requisito¹⁷.

16 NERY Jr. Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. *Código de processo civil comentado: e legislação processual em vigor*. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2001. p. 1.592.

17 Não se desconhece que nas razões do veto o presidente da República fez referência apenas à inconstitucionalidade da legitimação às federações sindicais, ressaltando que a pertinência temática sobreviveria. Todavia, a bem da verdade, a tentativa do presidente em vetar o parágrafo único ressaltando a segunda parte do dispositivo nada mais é que o antigo veto parcial, prática abominada pela atual Constituição da República e, portanto, não pode ter

Um terceiro argumento também de grande força é o que invoca o art. 5º, *caput*, da própria Constituição Federal. Se todos são iguais perante a lei, é insofismavelmente injusta a conduta que trate iguais de maneira desigual sem motivo plausível, como o faz a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Retornando ao âmbito catarinense, igualmente pela Constituição Estadual e pela Lei Estadual n. 12.069/2001, não há distinção, nem poderia haver, entre os legitimados para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade, exigindo a alguns prova de que em seus objetivos institucionais consta a defesa de interesses relativos à prestação jurisdicional buscada. Por esse motivo, o tribunal catarinense sensatamente não tem exigido a demonstração de pertinência temática.

7. Liminar

O Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, mesmo antes da lei que regulamentou a ação direta nos casos de sua competência (Lei n. 9.868/99), reconhecia a possibilidade de deferimento de liminar para a suspensão dos efeitos do ato impugnado¹⁸. No Tribunal de Justiça de Santa Catarina a mesma providência era permitida pelo art. 5º, § 1º, do Ato Regimental n. 6/90, nestes termos: “Havendo pedido de suspensão liminar do ato impugnado, em que se atenderá ao prescrito no art. 7º, II, da Lei n. 1.533/51, o relator submetê-lo-á ao Órgão Especial, na primeira sessão que se realizar”.

Havia, como se vê, referência expressa à liminar no mandado de segurança. Vale transcrever o dispositivo citado pelo Ato Regimental Catarinense: “Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: [...] II — que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida”.

A Lei Estadual n. 12.069/2001, adotando em grande parte a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, regulamentou a “medida cautelar” na ação direta de inconstitucionalidade. Todavia, deixou de enumerar, como o fazia a Lei do Mandado de Segurança, os requisitos materiais para o deferimento. Em outras palavras, não ficou claro, como o era quando da utilização analógica do art. 7º, II, da Lei do Mandado de

efeito nenhum. Veja-se o texto do art. 66, § 2º, da Constituição: “O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea”.

18 Ver art. 170, § 1º, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal.

Segurança, que a liminar deve ser concedida “quando for relevante o fundamento e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja deferida”.

O texto do art. 10 da Lei Estadual n. 12.069/2001, pelo contrário, apenas determina: “Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial do Tribunal, observado o disposto no art. 13, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias”.

Em outras palavras, somente determinam-se requisitos formais para o deferimento da medida.

De qualquer forma, a jurisprudência tanto do Supremo Tribunal Federal quanto do Tribunal de Justiça catarinense podem e devem continuar observando os requisitos materiais a que se refere a doutrina e a jurisprudência para a concessão da medida: o relevante fundamento e a demonstração de que do ato impugnado pode resultar a ineficácia do provimento final. A Lei Estadual n. 12.069/2001 oferece os requisitos formais: a medida deve ser tomada pela maioria absoluta, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou o ato normativo impugnado.

Nesse ponto deve-se atentar para uma modificação importante. Antes da edição da Lei Estadual n. 12.069/2001, o art. 5º, § 3º, do Ato Regimental n. 6/90 determinava que somente após a liminar seriam solicitadas as informações às autoridades. Atualmente, apenas em poucos casos e quando se constatar excepcional urgência é que se torna possível a concessão da liminar antes de ouvidas as autoridades. Isso dá-se em virtude do respeito ao princípio da presunção de constitucionalidade das leis, a que o autor deste trabalho já havia invocado para sustentar, quando na assessoria do Des. Pedro Manoel Abreu, a necessidade de tal audiência¹⁹.

Além disso, outro motivo para a obrigatoriedade de solicitar-se tal informação é a faculdade de sustentação oral das razões que levaram à

19 Naquela ocasião, quando da redação de versão deste artigo anterior à edição da Lei Estadual n. 12.069/2001, anotou-se que “Obviamente, em respeito ao princípio federativo e ao da presunção de constitucionalidade dos atos normativos, deve-se considerar revogado o art. 5º, § 3º, do Ato Regimental n. 6/90, de modo a permitir a audiência prévia do órgão ou autoridade que emanou o ato, salvo em caso de excepcional urgência. Não bastasse isso, vale lembrar que, segundo os critérios da hierarquia e temporalidade para resolução de antinomias, a Lei Federal deve prevalecer”.

edição do ato normativo na sessão de julgamento da liminar, a ser realizada pelas autoridades ou órgãos responsáveis pelo ato²⁰.

O descumprimento dessa formalidade torna nula a decisão liminar, e, portanto, a praxe no Tribunal de Justiça estadual há de ser revista.

Outro ponto interessante a ressaltar é a necessidade de a liminar ser tomada pela maioria absoluta dos membros do Órgão Especial, salvo no período de recesso.

Quanto aos efeitos da liminar, determina o § 1º do art. 11 da Lei Estadual n. 12.069/2001 que a liminar terá efeitos para o futuro (*ex nunc*), a não ser que o tribunal entenda de forma diversa, ou seja, que é necessária a concessão de efeitos retroativos²¹. A regra, portanto, é que a liminar que suspende os efeitos do ato normativo tem efeitos *ex nunc*, salvo se o tribunal, fundamentadamente, decidir necessária a concessão de efeitos *ex tunc*. Acaso existente, a legislação anterior torna-se aplicável com a concessão da liminar, salvo expressa manifestação em contrário pelo tribunal.

Pelo § 2º do art. 10 da Lei Estadual n. 12.069/2001, no julgamento da liminar podem os representantes dos requerentes e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato sustentar oralmente suas razões, na forma do Regimento Interno do Tribunal. Em Santa Catarina, são concedidos ao representante quinze minutos para a realização deste seu direito.

Por fim, cabe ressaltar que, diferentemente de outras decisões interlocutórias proferidas pelo Tribunal de Justiça, a liminar na ação direta de inconstitucionalidade terá forma de acórdão, com a redação de ementa, relatório, fundamentação e dispositivo.

Uma última crítica dirige-se à designação dada pela Lei Federal n. 9.868/99 e repetida pela Lei Estadual n. 12.069/2001 à liminar concedida na ação direta de inconstitucionalidade. A Seção II do Capítulo I desta última lei trata “da *medida cautelar* em ação direta de inconstitucionalidade”²². A toda evidência, contudo, não se trata de medida cautelar, mas sim de antecipação da tutela. A questão não é fácil, mas com a ajuda dos

20 Art. 10, § 2º, da Lei Estadual n. 12.069/2001: “No julgamento do pedido de medida cautelar, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, na forma estabelecida no Regimento do Tribunal”.

21 § 1º do art. 11 da Lei Estadual n. 12.069/2001: “A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeitos *ex nunc*, salvo se o Tribunal conceder-lhe eficácia retroativa”.

22 Grifou-se.

ensinamentos de alguns dos mais abalizados estudiosos do assunto torna-se possível a verificação do equívoco na redação das leis. Luiz Rodrigues Wambier adota critério bastante lógico e didático para diferenciar a cautelar da tutela antecipada:

“Como traço distintivo predominante não temos dúvida de que este reside no pressuposto e na correlata finalidade da medida cautelar: seu pressuposto é o *periculum in mora* (risco de dano à eficácia da providência pleiteada), e sua finalidade ou função é a de evitar ou a de minimizar este risco. A tutela antecipatória pressupõe direito que, desde logo, aparece como evidente e que *por isso* deve ser tutelado de forma especial pelo sistema”²³.

Por esse conceito, enquadra-se perfeitamente a liminar da ação direta de inconstitucionalidade nas características da tutela antecipada, pois a tutela só é concedida antecipadamente porque de plano o direito aparece como evidente. Não há, como o haveria de ser se a liminar tivesse as feições de medida cautelar, necessidade de minimizar o risco de que a providência pleiteada torne-se ineficaz, pois nada além da própria revogação do ato normativo impugnado poderá impedir a declaração final de inconstitucionalidade ou constitucionalidade. O argumento que se lança, no sentido contrário, de que a liminar teria cunho cautelar porque estaria acautelando os riscos que as pessoas submetidas à lei inconstitucional sofreriam, não parece correto. O que o provimento cautelar protege não é a situação em si, mas a eficácia de uma providência que será tomada posteriormente para, aí sim, proteger a situação contra a qual atenta da lei inconstitucional.

Para corroborar esse entendimento vale transcrever o pensamento de Ovídio Baptista da Silva:

“O que, todavia, irá caracterizar a natureza do provimento será seu respectivo conteúdo. *Se ele antecipar efeitos da sentença de procedência, em demanda satisfativa — ante o ‘fundado receio de dano irreparável’ — o provimento terá naturalmente caráter também satisfativo, logo não-cautelar.* Se, ao contrário, ante o mesmo ‘fundado receio de dano irreparável’, protege-se o direito, sem satisfazê-lo, apenas assegurando sua futura satisfação (realização), então o provimento será cautelar”²⁴.

23 WAMBIER, Luiz Rodrigues. *Curso avançado de processo civil*. 2ª ed. rev. e atual. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1999, v. 1, p. 349.

24 SILVA, Ovídio Baptista da. *Curso de processo civil*. 3ª ed. Porto Alegre : Sérgio Antônio Fabris Editor, 1997, v. 1, p. 111, grifou-se.

Veja-se que, também sob o critério da satisfatividade, a providência pleiteada na liminar da ação direta de inconstitucionalidade só pode ser tutela antecipada. Antecipam-se os efeitos da sentença para que não ocorra dano irreparável. Esse “dano irreparável” pode muito bem ser exemplificado pelos efeitos prejudiciais causados pela existência de um ato normativo inconstitucional. Assim, deve-se conceder a tutela antecipada em ação direta de inconstitucionalidade que tenha por objeto, por exemplo, uma lei que proíba o direito de reunião em determinado município, porque se a providência final não for *antecipada* é muito provável que ocorram danos irreparáveis ou de difícil reparação ao direito de reunir-se.

Um terceiro elemento distinguidor das duas tutelas é o trazido por Kazuo Watanabe em sua tese de doutoramento e eleito também por Luiz Guilherme Marinoni como “pressuposto necessário” para a tutela cautelar: trata-se da *referibilidade* ao direito acautelado. Segundo este último autor, “a idéia de referibilidade advém da ligação, da transitividade, entre a tutela cautelar e a tutela satisfativa, na medida em que a tutela cautelar destina-se apenas a assegurar uma pretensão, pretensão esta que jamais poderá ser satisfeita através da tutela de simples segurança”²⁵.

De acordo com este terceiro critério, deve-se observar a relação entre a cautelar e a ação principal. Quando não for possível observar uma *referibilidade* a uma pretensão de direito material dita *principal*, a ação cautelar dispensará a propositura da ação principal e, por isso, será sumária satisfativa. E, em assim sendo, apenas quando houver referibilidade a uma pretensão material é que a providência pleiteada (seja lá o nome dado) será cautelar. Nas outras hipóteses, se não for possível visualizar dita referibilidade, a tutela será sumária satisfativa. Luiz Guilherme Marinoni resume bem o conceito: “a referibilidade, em suma, é indicativa da cautelaridade, enquanto que a não-referibilidade aponta para a satisfatividade e, destarte, para a tutela sumária satisfativa”²⁶.

Percebe-se claramente por esse último critério que a liminar na ação direta de inconstitucionalidade não é providência acautelatória, pois não se refere a uma pretensão material dita principal. Ela é a própria tutela final, antecipada sumariamente e de cunho satisfativo. A liminar vai satisfazer a pretensão principal e não acautelar sua futura realização, vai conceder o exercício do direito afirmado pelo autor.

25 MARINONI, Luiz Guilherme. *A antecipação da tutela*. 4ª ed. rev. e ampl. São Paulo : Malheiros, 1998, p. 91, com base em Ovídio Baptista da Silva.

26 *Idem*, p. 92.

Por todos esses motivos, a liminar concedida na ação direta de inconstitucionalidade só pode ser considerada antecipação de tutela, pois satisfaz sumariamente o direito afirmado dada a sua evidência, e obsta danos irreparáveis, sem, no entanto, guardar qualquer referibilidade a uma pretensão material diversa da pleiteada.

8. Procedimento

De acordo com o parágrafo único do art. 3º da Lei Estadual n. 12.069/2001, o autor da ação direta de inconstitucionalidade deve apresentar a petição inicial em duas vias ao Presidente do Tribunal de Justiça, que sorteará o relator dentre um dos desembargadores que compõem o Órgão Especial, devendo a peça conter cópias do ato normativo impugnado e dos documentos para comprová-la²⁷.

Conclusos os autos, o relator verificará se a inicial é apta. De acordo com o art. 3º da Lei Estadual n. 12.069/2001 deve a petição indicar os dispositivos do ato impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações, além do pedido com suas especificações. É necessário, salvo quando o autor possuir capacidade postulatória própria, como é o caso do representante do Ministério Público, a juntada de procuração com poderes especiais para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade.

A petição inicial inepta, não fundamentada ou manifestamente improcedente, deve ser liminarmente indeferida pelo relator, salvo quando o vício for sanável, hipótese na qual se deve dar oportunidade para que o autor a emende, de acordo com o art. 284 do Código de Processo Civil²⁸. Obviamente, aplica-se o rol de causas de indeferimento da inicial do art. 295 do Código de Processo Civil, no que couber, como por exemplo quando for manifesta a ilegitimidade da parte, faltar interesse processual objetivo, não for atendida a determinação para emenda ou faltar o endereço para intimações do advogado. Em caso de indeferimento, cabe agravo, conforme o parágrafo único do art. 4º da Lei Estadual n. 12.069/2001. Este agravo a que se refere a lei é o agravo regimental, a ser julgado pelo

27 Parágrafo único do art. 3º da Lei Estadual n. 12.069/2001: “A petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias da lei ou do ato normativo impugnado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação”.

28 É a opinião de Nélson Nery Jr. e Rosa Maria Andrade Nery. *Op. cit.*, p. 1.594.

Pleno; a rigor, todavia, deveria ser o caso de apelação, pois a decisão é extintiva²⁹.

A seguir, encaminhará o relator a segunda via da petição inicial à autoridade que haja subscrito o ato impugnado, assinando-lhe o prazo de trinta dias para prestar informações, segundo o art. 6º da Lei Estadual n. 12.069/2001. Em caso de pedido de liminar, obedecerá o relator o art. 10, assinando prazo de cinco dias para que se pronuncie a autoridade que emanou o ato.

Em seguida, submeter-se-á o pedido de liminar ao Órgão Especial para apreciação, salvo em caso de excepcional urgência, quando o relator pode suspender o ato impugnado, sob o referendo do Órgão Especial, conforme consta do § 3º do art. 10 da Lei Estadual n. 12.069/2001.

Deverá ainda o Tribunal de Justiça de Santa Catarina publicar em seção especial do Diário Oficial e do Diário da Justiça do Estado a parte dispositiva da decisão liminar³⁰, no prazo de dez dias.

Em se tratando de ato estadual, deve-se citar o Procurador-Geral do Estado e, em caso de manter-se inerte, o Procurador-Geral da Assembléia Legislativa; no caso de ato municipal, cita-se o Procurador-Geral do Município. De acordo com o art. 8º da Lei Estadual n. 12.069/2001, devem todos responder à ação em 15 dias. Decorrido o prazo para resposta, dá-se vista ao Procurador-Geral de Justiça, por idêntico prazo, para emitir parecer.

O art. 9º, § 1º, da Lei Estadual n. 12.069/2001 possibilita que o relator, em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, requisite informações adicionais, designe perito ou comissão de peritos para que emitam parecer sobre a questão, ou fixe data para que em audiência pública ouça “pessoas com experiência e autoridade na matéria”. Trata-se da figura denominada poderes instrutórios do relator³¹, que podem ser utilizados de ofício ou a requerimento sempre que se vislumbre a necessidade da providência para formação do convencimento do órgão julgador.

29 NERY. *Op. cit.*, p. 1.597.

30 Art. 11, *caput*, da Lei Estadual n. 12.069/2001: “Concedida a medida cautelar, o Tribunal de Justiça fará publicar em seção especial do Diário Oficial e do Diário da Justiça a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo solicitar as informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I deste Capítulo”.

31 NERY. *Op. cit.*, p. 1.602.

Finda a instrução, lançar-se-á o relatório com cópias a todos os desembargadores e haverá posterior pedido de dia para julgamento, com a devida inclusão do processo em pauta³².

Na sessão de julgamento, após a leitura do relatório será facultado às partes sustentarem oralmente suas razões pelo prazo de quinze minutos, e declarará o Órgão Especial a inconstitucionalidade do ato³³, por decisão irrecurável e não suscetível de impugnação via ação rescisória³⁴.

Importante disposição da Lei Estadual n. 12.069/2001 é o art. 17, que permite ao tribunal, ao declarar a inconstitucionalidade do ato normativo e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, restringir pelo voto de dois terços de seus membros os efeitos da declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de momento a ser estabelecido. Esse momento, por óbvio, só pode ser fixado entre a edição do ato e a publicação oficial da decisão, pois não poderá o tribunal “estipular como termo inicial para produção dos efeitos da decisão, data posterior à publicação da decisão no Diário Oficial, uma vez que a norma inconstitucional não mais pertence ao ordenamento jurídico, não podendo permanecer produzindo efeitos”³⁵.

A regra para a decisão final, diferentemente daquela da liminar, é a de que a declaração de inconstitucionalidade tenha efeitos retroativos, anulando todos os atos e efeitos jurídicos produzidos pela lei inconstitucional. Todavia, conforme esse dispositivo, pode o tribunal, pelo voto de dois terços de seus membros, restringir esse efeito e fixar o termo inicial a partir do qual teria eficácia a decisão.

A decisão, qualquer que seja o sentido, será comunicada ao poder competente para adoção de providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para o cumprimento em trinta dias. A lei estadual ou municipal declarada inconstitucional, diversamente do que se entendia anteriormente³⁶, não requer decreto legislativo para que seus efeitos se-

32 Ver art. 8º do Ato Regimental n. 6/90.

33 O art. 14 da Lei Estadual n. 12.069/2001 dispõe: “Efetuado o julgamento, proclamar-se-á a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se nesse sentido se manifestar a maioria absoluta dos membros do Órgão Especial do Tribunal”.

34 O entendimento decorre da disposição do art. 26 da Lei n. 9.868/99: “A decisão que declara a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo em ação direta ou em ação declaratória é irrecurável, ressalvada a interposição de embargos declaratórios, não podendo, igualmente, ser objeto de ação rescisória”.

35 MORAES. *Op. cit.* p. 601.

36 De acordo com entendimento à época majoritário, assim foi redigido o art. 11 do Ato Regimental n. 6/90: “Declarada a inconstitucionalidade, a decisão será comunicada ao poder

jam definitivamente suspensos, como ensina João José Schaefer, pois tanto o art. 52, X, da Constituição Federal quanto o art. 42, XIII, da Constituição Estadual referem-se à declaração de inconstitucionalidade pela via incidental³⁷.

Por fim, deverá o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em dez dias, publicar em seção especial do Diário Oficial e do Diário da Justiça do Estado a parte dispositiva da decisão final, tal qual ocorre com a decisão liminar³⁸.

ANEXO: LEI N. 12.069, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2001

Procedência: Governamental

Natureza: PL 508/01

DO n. 16.814 de 28/12/2001

Fonte: ALESC/Divisão de Documentação

Dispõe sobre o procedimento e julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o procedimento e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Seção I

competente para adoção das providências necessárias (Constituição Estadual, art. 85, § 3º) e, em se tratando de lei estadual ou municipal, à Assembléia Legislativa, para os fins do art. 40, XIII, da Constituição Estadual”. Atualmente, em virtude de proposição do Des. João José Schaefer, acatada pelo Ato Regimental n. 46/2001, este artigo passou a ter nova redação e o seguinte parágrafo único: “Nas ações diretas de inconstitucionalidade de leis estaduais ou municipais, frente à Constituição do Estado, será dispensada a comunicação do Tribunal de Justiça à Assembléia Legislativa”.

37 Art. 52, X, da Constituição Federal: “Compete privativamente ao Senado Federal: [...] X — suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal”; Art. 40, inciso XIII, da Constituição Estadual: “É da competência exclusiva da Assembléia Legislativa: [...] XIII — suspender, no todo ou em parte, a execução de lei estadual ou municipal declarada inconstitucional por decisão definitiva do Tribunal de Justiça”.

38 Art. 18 da Lei Estadual n. 12.069/2001.

Da Admissibilidade e do Procedimento da Ação Direta de Inconstitucionalidade

Art. 2º Estão legitimados à propositura de ação direta de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, nos termos de seu art. 85:

I — o Governador do Estado;

II — a Mesa da Assembléia Legislativa ou um quarto dos Deputados Estaduais;

III — o Procurador-Geral de Justiça;

IV — o Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil;

V — os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa;

VI — as federações sindicais e as entidades de classe de âmbito estadual; e

VII — o Prefeito, a Mesa da Câmara ou um quarto dos Vereadores, o representante do Ministério Público, a Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil e as associações representativas de classe ou da comunidade, quando se tratar de lei ou ato normativo municipal.

Art. 3º A petição indicará:

I — o dispositivo da lei ou do ato normativo impugnado e os fundamentos jurídicos do pedido em relação a cada uma das impugnações; e

II — o pedido, com suas especificações.

Parágrafo único. A petição inicial, acompanhada de instrumento de procuração, quando subscrita por advogado, será apresentada em duas vias, devendo conter cópias da lei ou do ato normativo impugnado e dos documentos necessários para comprovar a impugnação.

Art. 4º A petição inicial inepta, não fundamentada e a manifestamente improcedente serão liminarmente indeferidas pelo Relator.

Parágrafo único. Cabe agravo da decisão que indeferir a petição inicial.

Art. 5º Proposta a ação direta, não se admitirá desistência.

Art. 6º O Relator pedirá informações aos órgãos ou às autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

Parágrafo único. As informações serão prestadas no prazo de trinta dias contados do recebimento do pedido.

Art. 7º Não se admitirá intervenção de terceiros no processo de ação direta de inconstitucionalidade.

Parágrafo único. O Relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá, por despacho irrecorrível, admitir, observado o prazo fixado no parágrafo anterior, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

Art. 8º Decorrido o prazo das informações serão ouvidos o Procurador-Geral do Município, se municipal o ato impugnado, o Procurador-Geral do Estado ou caso este se abstenha de defender o ato o Procurador-Geral da Assembléia Legislativa, se estadual, e, em seguida, o Procurador-Geral de Justiça, em qualquer caso, que deverão manifestar-se no prazo de quinze dias.

Art. 9º Vencido o prazo do artigo anterior, o relator lançará o relatório, com cópia a todos os Desembargadores e pedirá dia para julgamento.

§ 1º Em caso de necessidade de esclarecimento de matéria ou circunstância de fato ou de notória insuficiência das informações existentes nos autos, poderá o Relator requisitar informações adicionais, designar perito ou comissão de peritos para que emita parecer sobre a questão, ou fixar data para, em audiência pública, ouvir depoimentos de pessoas com experiência e autoridade na matéria.

§ 2º As informações, perícias e audiências a que se referem os parágrafos anteriores serão realizadas no prazo de trinta dias, contado da solicitação do relator.

Seção II

Da Medida Cautelar em Ação Direta de Inconstitucionalidade

Art. 10. Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Órgão Especial do Tribunal, observado o disposto no art. 13, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias.

§ 1º O Relator, julgando indispensável, ouvirá o Procurador-Geral do Estado ou do Município, conforme o caso, e o Procurador-Geral de Justiça, no prazo de três dias.

§ 2º No julgamento do pedido de medida cautelar, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, na forma estabelecida no Regimento do Tribunal.

§ 3º Em caso de excepcional urgência, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.

Art. 11. Concedida a medida cautelar, o Tribunal de Justiça fará publicar em seção especial do Diário Oficial e do Diário da Justiça do Estado a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo solicitar as informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I deste Capítulo.

§ 1º A medida cautelar, dotada de eficácia contra todos, será concedida com efeito *ex nunc*, salvo se o Tribunal conceder-lhe eficácia retroativa.

§ 2º A concessão da medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.

Art. 12. Havendo pedido de medida cautelar, o relator, em face da relevância da matéria e de seu especial significado para a ordem social e à segurança jurídica, poderá, após a prestação das informações, no prazo de dez dias, e a manifestação do Procurador-Geral do Estado ou do Município, conforme o caso, e do Procurador-Geral de Justiça, sucessivamente, no prazo de cinco dias, submeter o processo diretamente ao Tribunal, que terá a faculdade de julgar definitivamente a ação.

CAPÍTULO II

DA DECISÃO NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Art. 13. A decisão sobre a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo somente será tomada se presentes na sessão pelo menos dois terços dos integrantes do Órgão Especial do Tribunal.

Art. 14. Efetuado o julgamento, proclamar-se-á a inconstitucionalidade da disposição ou da norma impugnada se nesse sentido se manifestar a maioria absoluta dos membros do Órgão Especial do Tribunal.

Parágrafo único. Se não for alcançada a maioria necessária à declaração de inconstitucionalidade, estando ausentes Desembargadores em número que possa influir no julgamento, este será suspenso a fim de aguardar-se o comparecimento dos ausentes, até que se atinja o número necessário para prolação da decisão num ou noutro sentido.

Art. 15. Proclamada a inconstitucionalidade, julgar-se-á procedente a ação direta.

Art. 16. Julgada a ação, far-se-á a comunicação à autoridade ou ao órgão responsável pela expedição do ato, inclusive para efeitos do § 2º do art. 85 da Constituição Estadual.

Art. 17. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Tribunal de Justiça, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.

Art. 18. Dentro do prazo de dez dias após o trânsito em julgado da decisão, o Tribunal de Justiça fará publicar em seção especial do Diário da Justiça e do Diário Oficial do Estado a parte dispositiva do acórdão.

Art. 19. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

*Paulo Roberto Bauer,
Governador do Estado, em exercício.*